

SINERGIA

REVISTA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS (ICEAC)

A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE E O CAMPO DAS POLÍTICAS CULTURAIS DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE¹

LARISSA KUPSKI^{*}
ROSIMERI CARVALHO DA SILVA^{**}

RESUMO

Com base em pesquisa sobre a dinâmica do campo da cultura em um município gaúcho, a universidade federal que nele atua foi percebida como um agente eficiente, implementando políticas construídas pelo governo federal e colocando-se em oposição e disputa com as políticas culturais da prefeitura e de outras organizações atuantes na área. Partindo das mudanças na condução das políticas culturais nacionais implementadas no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, em seus oito anos de governo, e de seus dois ministros para a Cultura, Gilberto Gil e Juca Ferreira, o artigo mostra ainda como a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) foi importante na impulsão das políticas federais no município. Procura-se demonstrar essa atuação e o papel desempenhado pela universidade no rompimento de um ciclo longo de políticas conservadoras, forçando a prefeitura a rever sua atuação, bem como sua relação com as políticas culturais do governo federal.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura. Políticas culturais. Universidade.

ABSTRACT

THE FEDERAL UNIVERSITY OF RIO GRANDE AND THE FIELD OF CULTURAL POLICY OF RIO GRANDE CITY

Based on a research about the dynamics of the field of culture in a southern Brazilian municipality, the federal university that is there was seen as an effective agent to implement policies stemming from the federal government by standing in opposition and dispute with the municipal cultural policies. Based on the changes in the conduct of national cultural policies with the government of the President Luiz Inácio Lula da Silva, in 2003, in his eight years in office, and his two cultural ministers, Gilberto Gil and Juca Ferreira, this paper also shows how the Federal University of Rio Grande (FURG) was important in the thrust of federal policy in the municipality. This activity is shown alongside the role of FURG in the breakup of a long cycle of conservative policies, thus forcing the municipality to review its role and the relationship with the cultural policies of the federal government.

KEYWORDS: Culture. Cultural policies. University.

INTRODUÇÃO

A pesquisa em que este artigo se baseia buscou compreender a dinâmica do campo das políticas culturais do município do Rio Grande, localizado no sul do estado do Rio Grande do Sul. Na construção do campo das políticas culturais do município, ancorada na teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu², a Universidade Federal do Rio Grande se destacou como um agente eficiente no campo, colocando-se em oposição e disputa com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, órgão da Prefeitura responsável pelas políticas governamentais da área. Pretende-se aqui discutir a posição de destaque da FURG como principal promotor de políticas culturais no município e até na região, mesmo tendo sido identificados outros agentes como a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e o Ponto de Cultura ArtEstação.

Além das políticas governamentais, este trabalho aborda também a efetivação das políticas culturais

¹ As autoras agradecem o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq para a realização da pesquisa.

^{*} Mestre em Administração – UFRGS; larissekupski@gmail.com.

^{**} Professora do Departamento de Ciências da Administração, Escola de Administração, UFRGS; rosimeri.carvalho@ufrgs.br. Rua Washington Luiz, 855 90010-470 Porto Alegre – RS

² O referencial de Pierre Bourdieu (2001, 2002) e Bourdieu e Wacquant (1992) adotado no estudo parte dos conceitos centrais de campo, capital e *habitus*, que, por meio da construção e discussão dos conceitos na realidade do município, aliados ao conceito de estratégia de Bourdieu, permitiram construir e identificar os agentes presentes no campo das políticas culturais do município do Rio Grande. Assim, quando se trata de campo, o conceito adotado é o de Bourdieu, que entende o campo como um conjunto de relações objetivas e históricas entre posições ancoradas em certas formas de poder; é o espaço onde os agentes sociais estão permanentemente traçando lutas para disputar interesses pessoais, buscar reconhecimento e se destacar (BOURDIEU; WACQUANT, 1992).

por grupos e organizações não pertencentes à administração direta do município e que muitas vezes vão de encontro às políticas definidas por esta. Essas políticas também possuem peso no campo cultural e podem ser capazes de ditar as ações executadas. Assim, o entendimento de política cultural adotado parte do conceito de Canclini (1990, p. 26), que afirma:

Não basta uma política cultural concebida como administração rotineira do patrimônio histórico, ou como ordenamento burocrático do aparato estatal dedicado à arte e à educação, ou como cronologia das ações de cada governo. Entendemos por políticas culturais o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, as instituições civis e os grupos comunitários organizados com o fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso³ para um tipo de ordem ou transformação social⁴.

Assume-se que o conceito de política cultural implica um conceito de cultura e que existem diversas formas de compreendê-los e interpretá-los, o que fez com que sua origem e entendimentos fossem estudados por diferentes autores⁵. Isaura Botelho, por exemplo, pensando nas formas como a cultura é tratada nas políticas culturais, refere-se a duas dimensões do conceito: a dimensão antropológica e a dimensão sociológica. A dimensão sociológica “não se constitui no plano do cotidiano do indivíduo [...], refere-se a um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas [...] que estimula, por diversos meios, a produção, a circulação e o consumo de bens simbólicos, ou seja, aquilo que o senso comum entende por cultura” (BOTELHO, 2001, p. 4), e assim essa dimensão se atém ao circuito de produção, circulação e consumo de bens simbólicos. Já para a dimensão antropológica, “a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas” (BOTELHO, 2001, p. 3). Entendida como tudo o que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente, através da interação social, a dimensão antropológica expressa modos de pensar e sentir, valores, identidades e diferenças, o que faz com que a socialização, que se apresenta diferenciada em cada indivíduo, em função de suas distintas vivências e experiências, seja fator imprescindível para a formação dos valores culturais.

Quando se fala de um sentido antropológico de cultura, deve-se lembrar que a antropologia não possui somente um conceito ou abordagem de cultura. Na verdade pode-se entender que a antropologia tem uma atitude de trabalhar a cultura como um conceito ampliado, quando passou a compreender em suas abordagens o conjunto das realizações humanas (costumes, leis, crenças, comportamentos, arte, modos de vida, modos de fazer, valores, ideias, entre outras), indo além das belas-artes (RUBIM, 2011).

Logo se percebe que a amplitude do conceito que é utilizado delinea a extensão do objeto das políticas culturais, comportando as questões a serem enfrentadas por tais políticas. Além de um entendimento do que é cultura (que pode estar explícito ou implícito), toda política cultural possui uma compreensão do que é política. Para este estudo se entende que as políticas culturais não se reduzem ao que é feito pelos governos, estendendo-se ao conjunto de ações desenvolvidas pelos grupos e instituições que interferem na área (CANCLINI, 1990).

Esse entendimento de política remete a uma abordagem multicêntrica (SECCHI, 2010), a qual afirma que uma política pública é uma “diretriz elaborada para enfrentar um problema público”, assim é política que impacta questões que são públicas, independentemente de serem feitas pelo poder público (SECCHI, 2010, p. 2). Nesse caso, a política pública considera como protagonistas, além dos atores estatais, as organizações privadas, as organizações não-governamentais, os organismos multilaterais, entre outros, desde que o problema a ser enfrentado pela política seja público. No entanto, Secchi (2010, p. 4) faz a ressalva de que não há dúvidas que o “Estado moderno se destaca em relação a outros atores no estabelecimento de políticas públicas”, centralidade que é consequência, por exemplo, do monopólio da força legítima, que lhe dá superioridade objetiva com relação a outros atores. Nesse artigo se entende que, além de considerar como política cultural as ações de grupos e organizações que não pertencem ao poder público, também possuem peso no campo cultural as políticas culturais dos governos, como as do governo do Presidente Lula.

O foco que estabelecemos neste artigo deve-se ao fato de termos identificado a FURG como um agente eficiente no campo, ao analisar a dinâmica cultural no município. Para Bourdieu (2001) os agentes eficientes são indivíduos que têm peso suficiente para orientar efetivamente uma política porque detêm esta ou aquela propriedade ativa no campo; são pessoas que pertencem a instituições ligadas ao assunto, que

³ Ordem ou transformação, pois as políticas culturais não são neutras.

⁴ Destaca-se que, embora o conceito de Canclini cite um “consenso”, deve-se atentar para não tratar consenso como uma unanimidade ou uma falta de divergências, como indica Nogueira (2003, p. 185): “O conceito de consenso [...] elaborado para qualificar uma articulação pluralista de ideias e valores, uma unidade na diversidade, acaba por ser reduzido a ausência de dissenso e divergência, uma situação mais de silêncio passivo e unanimidade que de ruído e multiplicidade. Manuseado com esse registro, o conceito de consenso perde operacionalidade e se torna um jargão sem maior utilidade”.

⁵ Por exemplo, ver Cucho (2002), que em seu livro *A noção de cultura nas ciências sociais* aborda o conceito de cultura desde sua origem (século XIII) e evolução da palavra na França, e sua antítese entre a ideia universalista de uma cultura e vinculação ao termo de civilização, na França, e a ideia particularista, “as” culturas, na Alemanha; até os tratamentos mais atuais dados ao conceito.

justamente por isso possuem poder, trunfos, encontrando-se em posição de influenciar as políticas; são indivíduos e, através deles, instituições. Para determinar esses indivíduos eficientes, Bourdieu aconselha ir “apalpando o terreno, fazendo intervir, além dos critérios de reputação apurados pela análise das conversas e das experiências publicadas, critérios institucionais, como a ocupação de posições de poder reconhecidas” (BOURDIEU, 2001, p. 125).

Para a realização do estudo, do qual este artigo apresenta um fragmento, foram adotados alguns procedimentos de pesquisa: análise documental, observação e entrevistas. Esses processos, no estudo, estão relacionados a uma pesquisa de cunho qualitativo, que, no entendimento de Goulart e Carvalho (2005), inclui a descrição, interpretação e compreensão do que se está estudando. Nesse tipo de pesquisa, há uma interação entre o pesquisador e o objeto ou sujeitos pesquisados, sendo o próprio pesquisador o seu principal instrumento. Foram entrevistados 26 agentes envolvidos com as políticas culturais no município, embora nem todos possam ser considerados agentes eficientes, que auxiliaram na construção do campo. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com o apoio de um roteiro, no período entre os meses de agosto de 2011 e março de 2012. Todas as entrevistas foram transcritas para análise, com exceção de duas que não foram gravadas.

A análise, baseada na teoria dos campos sociais de Bourdieu (2001), dedicou-se a apresentar as instituições e agentes que pertenciam ao campo, descrevendo sua estrutura e os mecanismos que determinam seu funcionamento e também a estrutura da distribuição das disposições dos agentes, sem esquecer de estabelecer, por meio de uma análise histórica, as condições sociais da produção desse campo particular e das disposições que aí encontravam a possibilidade de se cumprirem.

2 POLÍTICAS CULTURAIS BRASILEIRAS

Nos últimos anos, as políticas culturais brasileiras passaram por grandes mudanças na forma como são entendidas, desenvolvidas e implementadas. Essas transformações estão diretamente relacionadas à ascensão de um novo partido ao governo federal, o Partido dos Trabalhadores (PT), e à eleição para presidente de Luiz Inácio Lula da Silva, que assumiu o cargo em janeiro de 2003. Conforme já apontado por diferentes autores, como Rubim (2008), Carvalho, Gameiro e Goulart (2008) e Pitombo (2006), nos seus oito anos de governo (2003-2010) foi dada ênfase à participação social na gestão pública e à concepção ampliada de cultura, que passou a ser entendida como fenômeno social e humano de múltiplos sentidos e, assim, abrangeu culturas historicamente ignoradas pelo Estado (BRASIL, 2010b).

Expressando seu caráter de descontinuidade em relação ao modelo adotado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e seu ministro para a cultura Francisco Weffort, o PT organizou na campanha de 2002 o documento intitulado “A imaginação a serviço do Brasil”, seu programa de políticas públicas de cultura, em que foi expresso o compromisso do novo governo com a cultura, entendida como um direito básico do cidadão. Nesse documento, estava exposta a necessidade de resgatar as peculiaridades das identidades dos brasileiros, colocando como essencial “realizar um amplo processo de inclusão cultural, de modo a garantir, de forma progressiva, o acesso de toda a cidadania à produção e fruição cultural, bem como a livre circulação de ideias e de formas de expressão artística” (PT, 2002, p. 8).

As transformações que ocorreram nas relações entre governo e sociedade, com essa modificação no governo federal, geraram, na área da cultura, experiências e políticas culturais que buscam atender à diversidade existente no país e democratizar a gestão das políticas públicas. O discurso do governo quanto à compreensão da cultura como um direito de todo cidadão se encontra na base de seus diferentes programas, que apresentam essa prerrogativa como acesso aos meios de formação, criação, difusão e fruição cultural (por exemplo, ver Brasil, 2005).

Havia um alinhamento do discurso do governo em relação ao que desejava mudar: a forma como a cultura devia ser vista e tratada pelo próprio governo, buscando instituir políticas públicas para a área e restituindo-lhes o papel do Estado, de forma que não se pautassem unicamente pelos interesses do setor privado, diminuindo, assim, a predominância do mercado no setor. Entre as diferentes ações que o governo federal passou a desenvolver estavam: a criação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), do Plano Nacional de Cultura (PNC), sancionado em dezembro de 2010, a realização de Conferências Nacionais de Cultura e a criação de diferentes programas com a intenção de expandir o espectro de atuação das políticas públicas para a cultura no país. O objetivo do sistema é descentralizar e organizar o desenvolvimento cultural do país, para que todos os projetos tenham continuidade, mesmo com a alternância de governos. Criado para estimular e integrar as políticas públicas culturais implantadas pelo governo, estados e municípios, o SNC aborda, também, o respeito à pluralidade e à dispersão espacial da cultura brasileira, que é fruto de um processo histórico de luta política e social, pela preservação das mais variadas formas de expressão artístico-cultural, de todas as regiões do país. De acordo com Carvalho, Silva e Guimarães (2009, p. 673), o SNC é “vital para a consolidação de estruturas e de políticas, pactuadas e complementares, que viabilizem a existência e persistência de programas culturais de médios e longos prazos, que assim não ficam

submetidas às intempéries conjunturais”. Nesse sentido, o objetivo do SNC é “formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade civil, promovendo o desenvolvimento – humano, social e econômico – com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais” (BRASIL, 2010a, p. 38). Desse modo, ao articular a União, os estados, os municípios e a sociedade civil em um sistema, a intenção do governo é promover a continuidade dos avanços obtidos na área da cultura, de forma que as políticas se tornem de Estado e não de um governo, sujeitas a interrupções ou abandono. O SNC tem como modelo o Sistema Único de Saúde (SUS), guiando-se, assim, pelo princípio da descentralização e da participação social, em rede regionalizada e hierarquizada. Porém, essa articulação entre os diferentes níveis da federação necessita de estrutura, conforme documento do governo federal de novembro de 2010, quanto à estruturação, institucionalização e implementação do SNC, em que afirma:

Consciente da inexistência de cultura sistêmica e da precariedade institucional da cultura nos três níveis de governo, apesar dos avanços verificados, o governo federal prevê um grande investimento em formação de gestores e no fortalecimento das secretarias de cultura locais, consignados na Política Nacional de Formação na Área da Cultura. A Política Nacional de Formação é parte do Sistema e seu objetivo é capacitar, atualizar e contribuir com a profissionalização de gestores culturais de instituições públicas e privadas, por meio de metodologias pensadas a partir das demandas nacionais e locais. [...] Trata-se de capacitar gestores na especificidade da cultura e nas peculiaridades de sua gestão (BRASIL, 2010a).

A proposta do SNC foi aprovada pelo Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), porém ainda é necessária a aprovação da emenda à Constituição Federal, do Art. 216-A, que diz:

O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento – humano, social e econômico – com pleno exercício dos direitos culturais (BRASIL, 2010c).

Na esteira das mudanças que ocorreram nesse período, o governo federal criou programas, ao mesmo tempo em que reformulou alguns já existentes no Ministério, com o objetivo de ampliar o acesso da população à cultura. Entre os programas podemos citar: Brasil Patrimônio Cultural e Monumenta; Museu, Memória e Cidadania; Livro Aberto; Brasil, Som e Imagem; Cultura Viva, e Mais Cultura. O Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva, considerado por muitos como o mais emblemático dessa nova forma de ver e governar a cultura, possui como eixo central a criação de Pontos de Cultura. Estes são iniciativas desenvolvidas pela sociedade civil, que já existiam em diferentes lugares pelo país, com ações voltadas para a cultura. Envolvem, principalmente, aspectos próprios de suas regiões e do espaço social em que se encontram, sendo selecionados por meio de editais públicos e, com isso, recebendo apoio econômico do governo federal. Dessa forma, o MinC passou a apoiar economicamente uma miríade de atividades, grupos e organizações que desenvolviam atividades culturais não reconhecidas pelo mercado e mais próximas do que se consagrou chamar de cultura popular. Com isso, acredita-se que os Pontos agregam agentes culturais que articulam e impulsionam um conjunto de ações culturais em suas comunidades.

Porém, embora muitos afirmem que os Pontos inventaram uma nova forma de fazer cultura, na verdade é o programa Cultura Viva, e assim o governo, que inventou uma nova forma de fazer, ou melhor, de financiar a cultura. Os Pontos são considerados a principal expressão das mudanças que ocorreram na condução das políticas públicas voltadas para a cultura. Esses grupos (em suas diversas formas) já existiam espalhados por todo o país e expressavam sua cultura por meio de alguma atividade, mas não recebiam atenção do governo (e assim não auferiam apoio financeiro) e, na maioria dos casos, nem eram reconhecidos como “integrantes da cultura brasileira”.

De modo breve, pode-se perceber que houve uma expansão nas políticas federais, que passaram a gerar novas ações voltadas para a cultura por todo o país. Embora essas políticas sejam definidas e formalizadas em âmbito federal, de forma a induzir mudanças no país como um todo, não privilegiando determinadas regiões, são fruto de reivindicações e lutas espalhadas por todo o país, sendo que muitas são desenvolvidas no âmbito local, ou seja, nos municípios. Dessa forma, as políticas são constantemente construídas e resignificadas em locais diferentes, com pessoas distintas, que enfrentam dificuldades diversas e alcançam diferentes resultados.

Com a Constituição de 1988, muitas políticas, em especial as sociais, passaram a ser descentralizadas do nível federal para o municipal, aumentando as atribuições e responsabilidades dos municípios na prestação de serviços públicos à população. A descentralização de políticas federais diretamente para os municípios⁶ ocorreu especialmente durante a década de 1990 e anos 2000.

⁶ De acordo com Almeida (2005, p. 29), a “descentralização foi um tema central da agenda da democratização, nos anos 1980, como reação [...] aos 20 anos de autoritarismo burocrático. Nessas circunstâncias, a descentralização foi defendida tanto em nome da

Inicialmente, com a saúde e a educação fundamental, percebe-se que essa ideia se espalhou pelas diversas áreas de atuação dos governos. Na cultura, enquanto se processa a construção do SNC, nos moldes do SUS, algumas ações do governo federal foram realizadas em convênio com os estados e municípios, como os editais de pontos de cultura, entre outras.

A criação do SNC, como está delineado, impele os municípios a organizarem e institucionalizarem suas ações. Assim, com a adesão ao sistema, a constituição do SNC fica obrigada à criação de política, fundo e conselho municipal de cultura. Além de instituir uma nova organização da cultura nos três níveis de governo, estabelece vínculos que possibilitam, ao mesmo tempo, maior atenção à área e o diálogo entre as políticas desenvolvidas nesses níveis, notadamente pela transferência de recursos entre os fundos, a fim de descentralizar as políticas culturais. A municipalização das políticas culturais permite a elaboração de políticas capazes de trabalhar com a diversidade local (CALABRE, 2007), mas, ao mesmo tempo, pode sobrecarregar o município, ocasionando-lhe novos tipos de problemas ou dificuldades, e a necessidade de adaptar suas diversas características a uma política mais geral.

3 O CAMPO DAS POLÍTICAS CULTURAIS DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE

O município do Rio Grande foi oficialmente fundado em 19 de fevereiro de 1737, em função da necessidade dos portugueses de defenderem as terras conquistadas, que naquela época incluíam o território que hoje corresponde ao Uruguai e, assim, proteger a Colônia de Sacramento (marco do domínio lusitano na região platina). Autores como Martins e Pimenta (2004) afirmam que Rio Grande expressa as transformações de um espaço portuário e urbano que, por meio da acumulação comercial derivada das atividades de importação e exportação, conseguiu criar um parque fabril importante nacionalmente no final do século XIX. Rio Grande é um dos maiores municípios da Região Sul do Rio Grande do Sul, com 190 mil habitantes e o protagonista das mudanças pelas quais essa área vem sendo atingida. A Região Sul passou por um período de estagnação econômica, especialmente no final do século XX e início dos anos 2000, o que gerou consequências para todas as áreas do município, inclusive a cultural. Por isso, a metade Norte do estado sempre foi considerada desenvolvida e mais atrativa, fato destacado principalmente pela mídia. Há, porém, desde 2007, uma retomada do crescimento na Região Sul, com o estabelecimento do polo naval gaúcho no município do Rio Grande. O cenário econômico é de transformação, com investimento em grandes empreendimentos como a construção de plataformas de prospecção de petróleo para a Petrobrás, favorecendo bastante a economia da região.

A história política do Rio Grande foi marcada por governos conservadores, pois durante o período da ditadura militar (1964-1985) o município foi considerado zona de segurança nacional, tendo interventores designados pelo governo federal. Após a redemocratização, teve à frente da Prefeitura partidos considerados de centro-direita⁷. Em um município que passou por crises econômicas graves no decorrer de sua industrialização, a atenção dedicada à cultura sempre foi pequena. Em Rio Grande, assim como no governo do Estado do Rio Grande do Sul, inicialmente, o executivo não teve uma relação com as políticas culturais federais. De 1996 a 2012, o mesmo partido, o PMDB, e a mesma família⁸ estiveram à frente da Prefeitura, o que implicou uma continuidade administrativa e ideológica no governo. Ressalta-se que no Rio Grande, o PMDB e o PT não são coligados como ocorre no âmbito federal, fazendo o último oposição ao primeiro. Essa falta de envolvimento com as políticas nacionais, provavelmente ligada a disputas político-partidárias, não permitiu que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura absorvesse muito do que estava ocorrendo com as políticas nacionais. Outros municípios do Rio Grande do Sul, como Canoas, cujo prefeito era do PT, criaram suas redes de pontos de cultura.

O município do Rio Grande não possuía secretaria de cultura própria, sendo as ações dessa área implementadas por uma divisão da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC, situação que se repete na maioria dos municípios da região sul do país (CARVALHO, SILVA E GUIMARÃES, 2009). Ainda no âmbito da Prefeitura, vinculados à Unidade de Cultura, foi criada na década de 80 a maioria dos equipamentos culturais do município, ou as casas de cultura, como muitos se referem, que são: Teatro Municipal, Centro Municipal de Cultura – CMC, Pinacoteca Municipal Matteo Tonietti e Fototeca Municipal

ampliação da democracia quanto do aumento da eficiência do governo e da eficácia de suas políticas. Supunha-se que o fortalecimento das instâncias subnacionais, em especial dos municípios, permitiria aos cidadãos influenciar as decisões e exercer controle sobre os governos locais, reduzindo a burocracia excessiva, o clientelismo e a corrupção”.

⁷ De 1989 a 1992 com o PT (Partido dos Trabalhadores), cabe a ressalva de que naqueles anos o PT era visto como partido de esquerda. De 1993 a 1996 com o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e de 1997 até 2012 com o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). De acordo com as pesquisas de Melo (2011) e Castro, Nunes e Anastásia (2009), são considerados de esquerda os partidos PCdoB, PSOL, PT, PDT e PSB. São classificados como de centro: PMDB, PSDB, PPS, PV, PSC, PTdoB, PHS, PSL, PMN, PRB e PSDC, e à direita os autores posicionam PTB, PR, DEM, PP, PTN e PAN.

⁸ A “família Branco”: Wilson Mattos Branco, eleito em 1996, com 33.405 votos; seu sobrinho, Fábio de Oliveira Branco, eleito em 2000, com 51.677 votos; seu filho, Janir Souza Branco, eleito em 2004, com 83.047 votos, e novamente, Fábio de Oliveira Branco, em 2008, com 60.471 votos.

Ricardo Giovannini. O único equipamento cultural do município anterior a essa década é a Escola de Belas Artes Heitor de Lemos – EBAHL, que tem grande influência nas políticas culturais do município, sendo que a maioria dos detentores de cargo na área são oriundos desta escola.

Destaca-se, também, no campo das políticas culturais nesse período, a Fundação Cidade do Rio Grande. Essa entidade foi criada em 8 de julho de 1953, objetivando a capacitação e o desenvolvimento industrial do município, tendo criado a Escola de Engenharia Industrial e originado o que hoje é a FURG. Durante a década de 60, a Fundação foi reconhecida como entidade de utilidade pública pelo município, pelo estado e pelo governo federal, e, como consta em seu estatuto, é uma instituição de caráter técnico-educativo, sem fins lucrativos. Afora a Faculdade de Engenharia, cujas aulas, no seu início, eram ministradas na Biblioteca Rio-Grandense, a Fundação também criou a Faculdade de Medicina, que foi passada à FURG, em 1971, e assumiu o Museu Oceanográfico, que também passou para a FURG, em 1975. Mas o principal papel da Fundação nesse período foi a criação, em 1984, do Museu da Cidade do Rio Grande, em parceria com a empresa Petróleo Ipiranga, com a Prefeitura Municipal e com a Mitra Diocesana. Esta administra o museu até hoje, com suas duas coleções: a Histórica, localizada no prédio da Alfândega, e a Coleção Sacra, que fica na Capela São Francisco de Assis, nos fundos da Catedral de São Pedro. A Fundação possui uma diretoria, um conselho diretor e uma assembleia geral, todos compostos por empresários, membros da Prefeitura (o próprio prefeito) e da FURG. Trata-se de pessoas com destaque no município, não remuneradas por essa participação, recebendo por isso um ganho simbólico.

No município, as políticas para a cultura sempre estiveram associadas a uma visão elitista e com ação restrita, voltada para a prática de eventos ou espetáculos, percebendo-se o entendimento da cultura como patrimônio material. A Escola de Belas Artes Heitor de Lemos, considerada uma escola municipal, e assim, mantida pela SMEC, oferece cursos “tradicionais”, como balé clássico, jazz, pintura em porcelana e piano. Nesse sentido, transcreve-se a seguinte afirmação do então prefeito Fábio Branco: “Rio Grande tem tradição e possui grandes talentos. Nossa cidade já teve grandes casas de espetáculos, cinemas e grupos de música e teatro. Nosso objetivo é resgatar esta cultura” (RIO GRANDE, 2011, *online*). Percebe-se, também, o privilégio de alguns grupos, observando a Lei de Incentivo à Cultura (LIC) do município, criada em 2003, na qual os maiores investimentos são alocados para eventos como a Feira do Livro, organizada pela FURG, que sempre capta o maior volume de recursos. Dentre os projetos já aprovados estão o “Yacht Club 75 Anos - A história do clube de vela mais antigo do Estado”, no valor de R\$ 65 mil, e o “Country Club - 50 anos fazendo amigos”, na quantia de R\$ 70 mil, e outros menores, como o “Clown visitante e suas poções mágicas”, no valor de R\$ 3.600,00 (RIO GRANDE, 2010). Essas informações denotam que os agentes envolvidos pertencem a uma elite, que talvez possua relação com o poder público municipal e que, assim, conduz uma política cultural trabalhada em favor próprio, ao passo que o estímulo à diversidade das manifestações culturais da população, e em especial, dos que se encontram à margem, excluídos, nem sempre faz parte da agenda política do executivo municipal.

No que diz respeito à relação do governo municipal com as políticas federais, a principal mudança ocorre em 2005, quando é assinado o Protocolo de Intenções do Sistema Nacional de Cultura com o MinC (que será assinado novamente em 2011). A diretora da Unidade de Cultura do período relata que buscava acompanhar o que acontecia no nível federal e que assistiu às discussões do Sistema Nacional e as mudanças na condução das políticas, ficando claro que o Protocolo foi assinado em função da possibilidade de repasse de recursos do Ministério. A secretária de Educação e Cultura do período também ressaltou a exigência da criação de fundo e conselho. Apesar dessa relação utilitarista, ressalta-se que Rio Grande foi um dos primeiros municípios do estado a assinar a adesão ao SNC. Com a adesão, foram realizadas as três únicas Conferências de Cultura (2005, 2007 e 2009) que ocorreram no município, até hoje, e criados por lei, em 2007, o Fundo Municipal de Cultura e o Conselho Municipal de Cultura. No entanto, Rio Grande não tinha criado seu órgão autônomo para a cultura, uma das exigências do Ministério (que se acredita ser um dos motivos pelos quais a adesão foi assinada mais uma vez em 2011). Em 2012, depois da conclusão desta pesquisa foi criada a Secretaria de Cultura do Município.

Apesar do caráter elitista, também surge no município a organização de grupos contrários às políticas do executivo municipal, como a SOMOS, a Liga Urbana de Basquete de Rua, o Maio Cultural e, em parte, o grupo que deu origem ao Ponto de Cultura ArtEstação, criado com a intenção de valorizar e abrir um espaço para o artista local. Este último foi criado em 2005 por um funcionário da FURG, em convênio direto com o MinC, e foi o primeiro ponto de cultura do município. Em 2010, a FURG assume uma posição importante no campo da cultura no município, criando em parceria com o MinC o Pontão Geribanda, com a proposta de articular Pontos de Cultura nas regiões Sul e Centro-Sul do estado do Rio Grande do Sul. Através de edital próprio selecionou 16 Pontos, que passaram a compor a rede do Pontão. Ambos (Ponto ArtEstação e Pontão Geribanda) possuem vínculos com a FURG, mas não com a Prefeitura, o que fortalece a percepção da presença da Universidade na área cultural. A partir disso, é possível perceber a FURG como um agente de destaque no âmbito das políticas culturais do município, assumindo, inclusive, a implementação de algumas políticas federais na região.

4 FURG E AS POLÍTICAS CULTURAIS

A FURG, criada em agosto de 1969, desenvolveu ao longo de sua trajetória uma série de atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando atender às necessidades do município do Rio Grande. Inicialmente, eram faculdades isoladas que compunham o que se tornou a Fundação Universidade do Rio Grande. Em 2008 a Instituição passou a denominar-se Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

Em um município distante da região metropolitana, predominantemente industrial e vivendo a experiência de longas décadas de estagnação econômica, a presença de uma universidade federal tem um forte significado. A FURG teve em alguns períodos um orçamento superior ao orçamento da Prefeitura, concentrando a elite cultural do município. Tinha, portanto, a posse de importantes capitais, econômico e cultural. Muitas vezes a Universidade forneceu pessoal qualificado e serviços aos governos municipais.

Afirma-se que a FURG foi considerada um agente eficiente no campo das políticas culturais do município. Sua destacada atuação na construção das políticas culturais ocorreu na segunda metade dos anos 2000. O seu papel no processo de construção de políticas culturais do município está relacionado ao resgate de ações culturais na Universidade, a partir da posse de um novo reitor em 2005. Durante a década de 1980, a Universidade já havia exercido papel relevante na promoção de políticas culturais, realizando o MusiUrg, festival de música que teve três edições. Esse evento mobilizava a cidade e é muito lembrado pelas pessoas que viveram na época e frequentavam a Universidade⁹. Também era da FURG o principal grupo de teatro do município, além de um grupo coral e uma galeria de arte ligada ao curso de Artes Visuais. Essas ações da FURG foram desaparecendo ao longo da década de 90 e início dos anos 2000. Com uma reforma interna da Universidade, a divisão artística e cultural que existia se perdeu. Não se pode ignorar, entretanto, que a década de 90 foi de penúria para as universidades no país¹⁰, sendo o período – durante o Governo Collor – em que a área da cultura enfrentou sérias dificuldades com a extinção do Ministério da Cultura, que foi substituído por uma Secretaria. No governo de Fernando Henrique Cardoso a área foi pautada por políticas neoliberais, o que ocorreu, igualmente, na educação.

O novo impulso dado à área cultural na FURG está relacionado à posse do novo Reitor e suas fortes relações com o Partido dos Trabalhadores (PT) – partido que governa o país no período – o que representa uma mudança na Universidade, que normalmente teve reitores ligados a partidos de direita desde sua criação durante a ditadura. A atuação da Pró-Reitora de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE), Darlene Torrada Pereira, e da Pró-Reitora de Extensão e Cultura (PROEXC), Rita Patta Rache¹¹ foi, também, importante para o incremento das ações culturais da Universidade. Inicialmente, as novas atitudes da FURG para a cultura partiram da PROACE, que possuía uma Superintendência de Extensão, dentro da qual, em 2005, é instituído o Núcleo Artístico-Cultural – NAC. Esse Núcleo, criado para atender principalmente as ações artísticas e culturais internas, incentivando a criação de novas manifestações culturais e fomentando projetos permanentes, ficou sob a coordenação de Miguel Isoldi, funcionário da Universidade que, além de músico, é um dos fundadores da associação que originou o ponto de cultura ArtEstação. Em 2010, a PROACE se desmembra em Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE e Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROEXC, reforçando o destaque que a cultura alcançou na Universidade. A participação de Miguel no quadro de funcionários da Universidade também é determinante para as ações que a FURG passou a desenvolver. Em função do envolvimento com a área cultural da Universidade, Miguel também passa a ser o representante da FURG na Câmara Normativa da Lei de Incentivo à Cultura do município e, posteriormente, no Conselho Municipal de Cultura. Com isso, é possível perceber a centralidade desse agente no campo das políticas culturais do município, que deriva grandemente da centralidade da posição da Universidade. Por estar participando das ações culturais da Universidade, Miguel é informado acerca do Programa Cultura Viva e dos editais abertos para pontos de cultura. Dessa forma, através da Universidade, em 2005 o grupo do ArtEstação tem conhecimento dos editais para pontos de cultura do MinC: *“Nós somos os primeiros de Rio Grande, mas já havia acontecido dois editais antes desse, só que não chegou aqui, não chegou para nós pelo menos. Então, o Miguel trabalha na Universidade, chegam informações lá que não chegam em outros locais, e nós precisávamos de recursos para tocar isto aqui.”* (Célia Pereira, Coordenadora do Ponto de Cultura ArtEstação). Além de terem sabido através da Universidade do programa Cultura Viva e dos pontos de cultura, foram apoiados na elaboração do projeto para o edital do Ministério por Darlene Pereira, na época Pró-Reitora de Assuntos Comunitários e Estudantis.

⁹ Informações e relatos obtidos através de entrevistas com agentes do campo das políticas culturais do município, realizadas para a dissertação de mestrado da autora.

¹⁰ Para maiores informações sobre as universidades na década de 90, ver Cunha (2003) e Martins (2000).

¹¹ Todos esses agentes tinham relação com alguma outra ação cultural ou de extensão, além de questões pessoais que influenciam as decisões que foram sendo tomadas. No caso, Rita é formada em Artes Visuais pela FURG e trabalhou por anos no Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental – NEMA, que tem origem em um projeto de extensão da Universidade; já Darlene é assistente social e sempre esteve envolvida com ações de extensão, tendo trabalhado com o Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico – NUDESE da FURG e feito sua dissertação de mestrado sobre a extensão na FURG, na qual apontou a falta de uma estrutura da Universidade própria para a extensão.

Assim, a FURG passa a consolidar sua posição no campo das políticas culturais do município. As ações voltadas para a área cultural que partiam da PROACE estão atualmente a cargo da PROEXC. Essa busca de estruturar institucionalmente a cultura na Universidade culmina no envolvimento com os pontos de cultura, por meio de um programa do governo federal, o Mais Cultura, que abarcou os pontos do programa Cultura Viva e envolve a criação da rede de pontos de cultura da FURG, nas regiões Sul e Centro-Sul do Rio Grande do Sul, e do Pontão Geribanda, dentro da Universidade, para coordenação da rede. O envolvimento iniciou a partir do convite feito ao reitor da FURG, no final de 2009, pela Associação de Municípios da Zona Sul – Azonasul, que na época estava sob a presidência do prefeito de São Lourenço do Sul, José Nunes de Almeida (2009-2012), do PT, mesmo partido do governo federal e do reitor. Como o estado do Rio Grande do Sul não montou sua rede de pontos, como outros estados brasileiros, por divergências partidárias, entre outros motivos, a Azonasul, com o apoio das prefeituras, fez a proposta para a implantação da rede. A FURG aceitou o convite e se propôs coordenar uma rede de pontos, a qual o MinC caracterizou como rede estadual. Foi a primeira universidade do país a gerir uma rede de pontos de cultura. A rede foi formada por 16 pontos selecionados por edital e coordenados pelo Pontão Geribanda, espalhados em 14 municípios¹² da região Sul e Centro-Sul do estado.

O Pontão Geribanda surgiu da necessidade da FURG de organizar uma estrutura para atender à rede de pontos que seria criada. Foi solicitada ao Ministério a inclusão de verbas no projeto para essa unidade gestora, pedido que foi atendido. Embora o Pontão Geribanda da FURG não pertença aos editais de pontões, os agentes da FURG decidiram adotar a nomenclatura Pontão que é a do programa Cultura Viva¹³. A coordenação do Pontão Geribanda coube a Miguel Isoldi, que, para assumir, saiu da coordenação do NAC. O Geribanda é o espaço de articulação entre os pontos e se propõe conectá-los e mobilizá-los. Além dessa articulação, percebe-se a semelhança com o discurso das políticas nacionais, quando se afirma que o Geribanda irá “integrar ações e atuar na esfera territorial e temática, nas áreas de audiovisual, dos bens imateriais, de cultura digital, entre diversos outros temas, que têm como princípio norteador fortalecer as ações da sociedade civil e promover a cultura brasileira” (FURG, 2010, *online*). Segundo Miguel, a ideia é que o Pontão Geribanda torne-se o que o NAC significa para as ações internas da FURG: “*ele pode ser uma interlocução para a área externa, pode estar sempre dialogando com esses pontos que foram reconhecidos pelo MinC e ir ampliando.*” O convênio com o MinC propiciou à FURG consolidar sua posição no campo das políticas culturais do município, transformando-se no elo entre o campo e o MinC e destacando-se como a principal impulsionadora de ações culturais dentro do município e, também, impulsionando ações nos municípios da região.

No período de 2005 a 2009, a FURG desenvolveu suas atividades culturais com o NAC, permaneceu organizando a Feira do Livro, que realiza anualmente na época de veraneio, e ampliou sua relação com agentes externos à Universidade, quando passou a abrigar diversas atividades do evento Maio Cultural¹⁴. Além do apoio com o material impresso, a FURG passou a sediar grande parte das ações relacionadas ao evento, principalmente após a entrada de Miguel na organização, em 2005. Por exemplo, foram realizadas ações no Centro de Convivência da Universidade, principalmente nos intervalos de aulas.

Além dessas atuações, a FURG impulsionou outras no município, como as da Liga Urbana de Basquete de Rua (LUBR). Esta Liga surgiu em 2008, fruto da organização da população do Bairro Getúlio Vargas – BGV, que, embora esteja próximo ao centro, é uma das periferias econômicas do município. A Liga disputa com a Prefeitura um espaço localizado na lateral do bairro, onde pretende construir um centro de atividades culturais e esportivas para a comunidade. O que buscam, por meio do esporte e da música, é atender gratuitamente crianças e jovens de baixa renda, a partir de seis anos de idade, oriundos das classes menos favorecidas residentes no BGV, com atividades que envolvem o basquete tradicional, basquete de rua, futsal, vôlei e música, trabalhando o *hip hop* (grafite, dança - B. Boy e B. Girl, DJ e MC), o *reggae* e o samba (LUBR, 2012).

Embora tenham sido recebidos pelo prefeito do município, não lhes foi concedido o terreno. A Prefeitura buscou fazer apenas melhorias no espaço, colocando uma quadra de basquete, mas, embora a implantação de uma quadra de basquete fosse uma das intenções da Liga, esta não foi construída em parceria com os agentes do bairro, nem atenderam suas exigências, por isso não foi aceita pela comunidade do BGV, conforme afirmação do secretário da LUBR: “*Aí ele [prefeito] fez essa quadra pra nós aqui, toda irregular, só que a gente não aceitou, a comunidade recusou. Ou era nosso projeto ou não era; pra tu ver que isso aqui ninguém usa. Ele deu isso aqui, e não é isso que a gente quer e a LUBR*”. Mas essas recusas são um dos motivos pelos quais eles seguiram se organizando e buscando ampliar suas

¹² No total, as regiões possuem 39 municípios.

¹³ Os recursos para a rede de pontos de cultura da FURG é descentralizada do MinC, para o MEC, para a FURG, que repassa para uma de suas Fundações, a FAURG, que é onde os pontos conveniaram, e através da FAURG é repassada a verba para os pontos da rede.

¹⁴ O Maio Cultural é um evento criado em 2004 que ocorre durante todo o mês de maio, fruto da organização de artistas rio-grandinos, com o intuito de valorizar o artista local, independentemente da forma artística e cultural. Os propositores da ideia percebiam que os artistas do município não eram valorizados na cidade, inclusive pela Prefeitura, e a ideia para o Maio Cultural é que as pessoas organizem a sua atividade e a agreguem no conjunto.

relações. A partir delas os agentes adotaram uma nova estratégia e pediram ajuda da FURG, enviando ofício ao reitor da Universidade, no qual solicitavam apoio para o desenvolvimento de um projeto para o espaço. A FURG apoiou e preparou um projeto, entregue cerca de oito meses depois do pedido, elaborado pelo Laboratório de Tecnologia de Geoinformação do Centro de Ciências Computacionais da FURG, “proposto de forma voluntária, sem qualquer contrapartida”, em que afirmam:

é uma resposta simples à demanda da comunidade do Bairro Getúlio Vargas, especialmente da Liga Urbana de Basquete de Rua de Rio Grande. É um estímulo a que mantenham sua motivação e seu caráter cidadão. É um reconhecimento a sua proposta de valorização do sujeito nesses espaços urbanos de alta complexidade e de poucas garantias de qualidade de vida. (FURG, 2012).

Essa relação com a FURG aumentou os capitais da Liga, tanto social e político, quanto cultural, a partir do momento em que possuem um projeto elaborado e apoiado pela Universidade. Com isso, foi retomado o contato com a Prefeitura, que no final do ano de 2011 concordou em ceder o terreno para execução do projeto esportivo e cultural que a LUBR tem para o bairro. Este é um dos motivos pelos quais a Liga está se tornando pessoa jurídica. Percebe-se no campo do município a pressão dos dominantes no jogo frente aos menos favorecidos em relação à posse dos capitais, como é o caso da Prefeitura, que fechou as portas e ignorou por muito tempo uma realidade do município, mas com o apoio da Universidade foi aberto esse espaço dos possíveis para a Liga. A relação com a FURG aumentou o espaço dos possíveis da LUBR, propiciando à LIGA, ainda que momentaneamente, o reconhecimento e a consideração de seu projeto pela Prefeitura.

Esta situação evidencia o afastamento da Prefeitura de agentes menos favorecidos no campo. Ao passo que a Universidade, um agente que a princípio poderia parecer mais distante dos grupos desfavorecidos, é quem conseguiu estabelecer laços com estes agentes, como a Liga Urbana de Basquete de Rua do BGV, permitindo que o grupo defendesse o desejo da comunidade frente à Prefeitura. É justamente uma integrante dos movimentos sociais, mais especificamente da Associação para a Organização dos Movimentos Sociais - SOMOS¹⁵, quem vê a FURG e a Prefeitura como os protagonistas no campo das políticas culturais:

Eu acho que nós temos dois protagonistas aqui, que é a Universidade de um lado e a Prefeitura de outro, que monopolizam muito os projetos, eu digo monopolizam porque é restrito, não se vê a comunidade. [...] A cultura mesmo segue longe da classe desfavorecida. Bom, acaba sendo o que a gente tem aqui, Festa do Mar, FEARG. O Maio Cultural não sei bem o que está virado agora...

A percepção dos agentes da posição ocupada pela Prefeitura evidencia as relações que foram estabelecidas entre os governantes do município e as famílias que tradicionalmente ocupam posições de poder, notadamente pela detenção de capital econômico, transfigurado em simbólico, ainda que estas relações não sejam diretas. Embora esperado, isso não deixa de ser intrigante, uma vez que a família que se instalou no governo do município há 15 anos foi eleita inicialmente por seus fortes laços com a comunidade de pescadores do município, logo, grupos sociais desfavorecidos. Ainda que essa família detenha a posse de recursos econômicos, não integra o grupo de famílias que podem ser compreendidas como detentoras de capital econômico no município e que, portanto, integram a elite reconhecida também como detentora de capital cultural.

A Universidade, por outro lado, ainda que, em alguns momentos, possa ter desenvolvido atividades que a aproximaram da população ou que buscavam o interesse desta, não logrou implementar uma política cultural que representasse realmente um pacto com as classes desfavorecidas. Como muito bem mostrou Bourdieu (2002), os intelectuais são uma fração dominada da classe dominante, logo seus hábitos se aproximam muito mais da burguesia. Tudo indica, contudo, que o laço que se estabeleceu entre o MinC e a Universidade, a fim de implementar algumas das políticas traçadas no nível federal de governo, aproxima a FURG das classes e interesses populares especificamente no campo da cultura. Ainda assim, a posição que a Universidade assume no campo incentiva a Prefeitura a uma revisão de sua atuação frente às políticas federais, de forma que em 2011 assinou nova adesão ao SNC.

Não se pode desprezar uma conjunção de fatores que contribuem para que ocorra essa aproximação entre a Universidade e alguns movimentos do campo da cultura. O vínculo do reitor e do presidente da AZONASUL ao mesmo partido possibilitou que a Universidade realizasse o edital de pontos de cultura,

¹⁵ A Associação para a Organização dos Movimentos Sociais – SOMOS, fundada em março de 2008, é originária do Fórum da Cultura da Cidade do Rio Grande, organizado pelo Maio Cultural em 2007, tendo assumido a responsabilidade pela realização do Fórum. A SOMOS afirma em seu estatuto que manterá sua autonomia e independência em relação aos partidos políticos, às religiões, ao Estado e ao poder econômico. A SOMOS não possui recursos próprios e sua criação (com a intenção de se institucionalizar) deriva da possibilidade de angariar verbas (concorrendo a editais, elaborando projetos) para execução de ações no município. A criação da SOMOS ressalta a importância da busca por capital econômico para fomentar políticas culturais no município.

inclusive sobre uma área geográfica que excede sua atuação costumeira. Um histórico de oposição entre PT e PMDB no município pode ter influenciado o apoio da Universidade a grupos que estavam em disputa com os representantes da Prefeitura. No entanto, essa oposição e as possibilidades de realização na área da cultura que foram aproveitadas pelos agentes podem ter algum impacto no desenvolvimento de políticas futuras de ambos os lados. A adesão da prefeitura ao SNC em final de mandato parece-nos um sinal disso. A ascensão do candidato histórico do PT ao governo do município pode significar maior aproximação com a Universidade e ações conjuntas embasadas pelas políticas desenvolvidas no nível federal.

Destaca-se ainda que, dadas as desigualdades existentes no município, é de se esperar que novos agentes busquem espaço no campo, disputando os recursos nele contidos. Dessa forma, agentes como a Liga poderão disputar novas posições, visto que as relações de dominação, sejam elas materiais ou simbólicas, implicam resistência, pois em qualquer espaço social, os dominados sempre podem exercer certa força, já que pertencer a um campo expressa a capacidade de produzir efeitos sobre ele (BOURDIEU; WACQUANT, 1992).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do estudo da dinâmica do campo da cultura no município de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, percebemos que os dois principais agentes são a Prefeitura, através da Unidade de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura e a FURG, instalada no município desde 1969. O peso da Universidade em um município que recentemente se aproximou dos duzentos mil habitantes era esperado, seja pelo capital cultural, que evidentemente detém como aglutinadora de profissionais e atividades vinculadas à ciência e à cultura, seja por seu capital econômico. Em 2008, por exemplo, o orçamento realizado da FURG foi de R\$212.533.318,78, enquanto o da prefeitura, em todas as suas funções, foi de R\$163.825.613,56.

Percebe-se que a disputa central no campo principalmente a partir de 2005, com a eleição para a reitoria de um professor vinculado ao PT, passou a ser entre a Universidade e a Prefeitura. Isso evidentemente não as coloca como adversárias de um modo geral – pelo contrário, foi realizado um grande número de ações no município por meio da relação entre as duas instituições, que em muitas áreas foram parceiras. A disputa parece se estabelecer na medida em que, na área da cultura, a Universidade passa a executar as políticas do governo federal, do PT, antigo adversário político da família que esteve no poder por 16 anos no município através do PMDB. Ou seja, não há necessariamente uma disputa no campo da cultura que antecede a vinculação da FURG à implementação de políticas culturais federais. Há relatos de certo isolamento da Universidade nas suas realizações, ou seja, uma atitude de autonomia frente ao outro agente eficiente, mas, segundo os entrevistados, as ações da Universidade eram tão elitistas quanto as da Prefeitura, ou seja, não havia diferença significativa entre a atuação de cada uma frente à cultura. Isso também parece implicar a inexistência de ações culturais voltadas aos grupos excluídos, evidenciando o *habitus* presente no campo que, apesar das diferentes origens dos agentes, os vincula a manifestações culturais consideradas valiosas no momento da implementação de políticas. O aspecto que nos parece mais interessante a ser aprofundado em futuras pesquisas refere-se a um tema abordado por Silva e Guimarães (2011). Nesse texto os autores analisam e propõem uma crítica ao movimento de descentralização da administração pública em contextos em que a estrutura social mostra sinais de distância do poder, administração patrimonialista, altos níveis de concentração de renda, baixos níveis educacionais, entre outras características. Os autores argumentam que tal processo de descentralização

pode facilmente ajudar a reforçar o poder das oligarquias e elites locais, cristalizado historicamente no seu histórico **coronelista**, reforçando as distâncias sociais e afastando as possibilidades de inserção das camadas excluídas nas discussões da coisa pública (SILVA; GUIMARÃES, 2011, p. 1).

No município analisado, a herança autoritária da ditadura deixou fortes marcas, a ponto de uma mesma família se manter no poder durante 16 anos. Neste caso, no entanto, a presença de outro agente eficiente, alinhado às orientações políticas do governo central, permite a construção de estratégia que se opõe àquelas das oligarquias locais. O contexto não é aquele ao qual se referem os autores, logo nossa reflexão não implica uma conclusão contrária à crítica que propõem, mas indica outras possibilidades no processo de descentralização que podem ser consideradas com o risco que os autores indicam para a análise dos municípios brasileiros.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. Recentralizando a Federação? **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, n. 24, p. 29-40, 2005.
- BOTELHO, Isaura. **Romance de formação: FUNARTE e Política Cultural 1976-1990**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2001.
- BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. **An invitation to reflexive sociology**. Chicago: University of Chicago Press, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **As estruturas sociais da economia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **Campo de poder, campo intelectual**. Buenos Aires: Montessor, 2002.
- BRASIL. **Cultura Viva: Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania**. Brasília: Ministério da Cultura, 2005.
- BRASIL. **Sistema Nacional de Cultura: estruturação, institucionalização e implementação**. Brasília: Ministério da Cultura, 2010a.
- BRASIL. **Lei nº 12.343/2010 - Plano Nacional de Cultura**. Brasília: Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2010b.
- _____. **Substitutivo à proposta de emenda à Constituição nº 416-A de 2005**. Brasília, 2010c.
- CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanços e perspectivas. III **ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**. Salvador: Faculdade de Comunicação/UfBa, 23 a 25 de maio 2007.
- CANCLINI, Néstor García. Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano. In: CANCLINI, Néstor García (Org.). **Políticas culturales en América Latina**. 2. ed. México: Grijalbo, 1990.
- CARVALHO, Cristina A.; GAMEIRO Rodrigo; GOULART, Sueli. As políticas públicas da cultura e a participação de novo tipo no Brasil. **VI Congresso Português de Sociologia – Mundos Sociais: Saberes e Práticas**, Lisboa, 2008.
- CARVALHO, Cristina A.; SILVA, Rosimeri C. da; GUIMARÃES, Rodrigo G. Sistema Nacional de Cultura: a tradução do dinâmico e do formal nos municípios da região Sul. **Cadernos EBAPE.BR**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, artigo 10, dez. 2009.
- CASTRO, Mônica M. Machado; NUNES, Felipe; ANASTASIA, Fátima. Determinantes do comportamento particularista de legisladores estaduais brasileiros. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 52, n. 4, p. 961-1001, 2009.
- CUNHA, Luiz Antônio. O ensino superior no octênio FHC. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 37-61, abr. 2003. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 12 maio 2012.
- GOULART, Sueli; CARVALHO, Cristina A. O pesquisador e o design da pesquisa qualitativa em administração. In: VIEIRA, Marcelo. M.; ZOUAIN, Deborah. M. **Pesquisa qualitativa em administração – Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- LUBR. **A hora e a vez do basquete de rua em Rio Grande**. Liga Urbana de Basquete de Rua. Rio Grande, 2012. Cartaz.
- MARTINS, Carlos Benedito. O ensino superior brasileiro nos anos 90. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 1, p. 41-60, 2000.
- MARTINS, Solismar Fraga; PIMENTA, Margareth Afeche. A constituição espacial de uma cidade portuária através dos ciclos produtivos industriais: o caso do município de Rio Grande. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, p. 85-100, maio 2004.
- MELO, Carlos Ranulfo. Individualismo e partidarismo em doze estados brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 75, fev. 2011.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. **A imaginação a serviço do Brasil**. São Paulo: PT, 2002.
- PITOMBO, Mariella. Sintomas dos deslocamentos de poder na gestão do campo cultural no Brasil – uma leitura sobre as leis de incentivo à cultura. In: **Temas Contemporâneos**. Salvador: FIB, 2006.
- RIO GRANDE. LIC Municipal aprovou 11 projetos culturais para 2010 (08 jan. 2010). Disponível em: <<http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/index.php/noticias/detalhes+1fd8a..lic-municipal-aprovou-11-projetos-culturais-para-2010.html>>. Acesso em: 03 jul. 2011.
- RIO GRANDE. Supervisão cultural da SMEC apresenta suas novas ações para 2011. (20 jul. 2011). Disponível em: <<http://200.175.116.253/pagina/index.php/noticias/detalhes+2202e9,supervisao-cultural-da-smec-apresenta-suas-novas-acoes-para-2011.html>>. Acesso em: 09 set. 2011.
- RUBIM, Antonio A. C. Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafio e enfrentamentos. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 31, n.1, p. 183-203, jan.-jun. 2008.
- _____. **Políticas culturais no Brasil**. Apresentação no curso de Gestão e Políticas Culturais do Observatório do Itaú Cultural em Porto Alegre, dez. 2011.
- SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas – conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

UNIVERSIDADE Federal do Rio Grande. **FURG realiza oficinas sobre pontos de cultura.** (07 jul. 2010). Disponível em: <www.furg.br>. Acesso em: 25 jan. 2012.

_____. **Requalificação da Praça de Coleta de Lixo Diferenciado do Bairro Getúlio Vargas.** Disponibilizado pela Liga Urbana de Basquete de Rua. Rio Grande, 2012.